International Journal of English Literature and Social Sciences
Vol-8, Issue-3; May-Jun, 2023

Journal Home Page Available: https://ijels.com/
Journal DOI: 10.22161/ijels

Some Particularities of the Use of Definite Articles in Proper Nouns (Antroponyms and Toponyms): A Semantic Approach in a Comparative Perspective Between Mozambican Portuguese and European Portuguese

Algumas Particularidades do uso de Artigos Definidos em Nomes Próprios (Antropónimos E Topónimos): Uma Abordagem Semântica Numa Perspectiva Comparativa Entre o Português de Moçambique e o Português Europeu

Rufino Alfredo

Assistente Universitário da Universidade Púnguè – Moçambique

Received: 25 Mar 2023; Received in revised form: 22 Apr 2023; Accepted: 30 Apr 2023; Available online: 08 May 2023

Abstract— *The present work, entitled Some peculiarities of the use of definite articles in proper nouns (anthroponyms and toponyms): a semantic approach in a comparative perspective between Mozambican Portuguese and European Portuguese, has as main objective to analyze the use of definite articles in proper nouns (anthroponyms and toponyms) in Mozambican Portuguese. In this sense, we try to describe the different contexts in which the presence/absence of definite articles in proper names (anthroponyms and toponyms) occurs in European Portuguese (EP), we also try to compare the use of definite articles in proper names (anthroponyms and toponyms) in Mozambican Portuguese (PM) with European Portuguese (PE). The study is of a descriptive nature and to carry out the data analysis, a written corpus was built that resulted from the application of two linguistic tests, namely a provoked production test (filling in empty spaces in Portuguese sentences), composed of thirteen (13) sentences and a test of grammaticality and/or acceptability judgments, consisting of twenty-six (26) sentences. The inquiry was directed to eighty (80) students of the 10th Grade of the Secondary School of Tete. The analyzed data allowed us to verify that in the variety of Mozambican Portuguese, speakers constantly omit the definite articles in sentences with simple anthroponyms in different positions and contexts, thus creating a difference with European Portuguese; they omit definite articles in contexts where simple toponyms occur (referring to place names that designate landforms), in a predicative syntactic position of the subject; in short, the study allowed us to verify several differences in the two varieties of Portuguese, with regard to the use and/or omission of definite articles in different contexts.*

Keywords— ***Definite articles, proper names, anthroponyms, toponyms, semantic analysis.***

Resumo— *O presente trabalho, intitulado Algumas particularidades do uso dos artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos): uma abordagem semântica numa perspectiva comparativa entre o*

Português de Moçambique e o Português Europeu tem como objectivo principal analisar a realização de artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no Português de Moçambique. Neste sentido, procuramos descrever os diferentes contextos em que ocorre a presença/ausência de artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no Português Europeu (PE), procuramos ainda comparar a realização de artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no português de Moçambique (PM) com o Português Europeu (PE). O estudo é de carácter descritivo e para proceder à análise dos dados, construiu-se um corpus escrito que resultou da aplicação de dois testes linguísticos, nomeadamente um teste de produção provocada (preenchimento de espaços vazios em frases do português), composto por treze (13) frases e um teste de juízos de gramaticalidade e/ou aceitabilidade, composta por vinte e seis (26) frases. O inquérito foi dirigido a oitenta (80) alunos da 10ª Classe da Escola Secundária de Tete. Os dados analisados permitiram verificar que na variedade do Português de Moçambique, os falantes constantemente omitem os artigos definidos em frases com antropónimos simples em posições e contextos diversificados, criando desta forma uma diferença com o Português Europeu; omitem os artigos definidos em contextos em que ocorre os topónimos simples (referentes a nome de lugar que designam acidentes geográfico), em posição sintáctica predicativa do sujeito; em suma, o estudo permitiu verificar várias diferenças nas duas variedades do Português, no que diz respeito à realização e/ou omissão dos artigos definidos em contextos diversificados.

Palavras-chave— *Artigos definidos, nomes próprios, antropónimos, topónimos, análise semântica.*

I. INTRODUÇÃO

Moçambique é um país multilíngue, onde o Português, língua oficial e de unidade nacional, estabelece uma relação de contacto com as línguas nativas, comummente conhecidas como Línguas Bantu, o que, devido à convivência entre estas línguas com o Português, através do contacto sociolinguístico existente, determina as mudanças mais ou menos acentuadas que sofre, na sua maioria, ao nível do léxico e da sintaxe. É neste contexto que se regista recorrente a omissão de artigos definidos para determinar os nomes, um problema actual na comunicação entre os falantes do português moçambicano, comparado ao português europeu.

Diversos estudos sobre a variedade do PM mostram o papel das Línguas Maternas dos falantes, na fixação de novas propriedades gramaticais, que resultam do contacto de línguas (Gonçalves & Chimbutane, 2004). O contacto de línguas sobressai, desta forma, como factor determinante na variação linguística, no caso do PM. Ora, com base nestes argumentos apresentados, coloca-se a seguinte questão: *De que forma as Línguas Bantu contribuem na realização/ausência dos artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no Português de Moçambique*?

O estudo resulta da constatação feita durante o convívio com alguns falantes do Português de Moçambique (PM), com destaque para os alunos da 10ª Classe da Escola Secundária da cidade de Tete sobre o uso de artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) de forma desviante em relação ao Português Europeu, considerada a norma padrão.

A escolha de informantes da 10ª classe deve-se ao facto de entendermos que os alunos se encontram na classe terminal do primeiro ciclo, no qual, a nosso ver, tendo em conta os programas de ensino da língua portuguesa em vigor no país, o aluno deve mostrar possuir já conhecimentos razoáveis da língua portuguesa face ao fenómeno linguístico em causa.

O objecto do presente trabalho são estruturas como as que seguem em baixo em (1) e (2):

(1) a) Rita foi à escola. **(PM)**

A Rita foi à escola. **(PE)**

b) Falei com João. **(PM)**

Falei com *o* João. **(PE)**

(2) a) A Lúcia tem sonho de viver *no* Maputo. **(PM)**

A Lúcia tem sonho de viver *em* Maputo. **(PE)**

(b) Beira é uma bela cidade. **(PM)**

A Beira é uma bela cidade. **(PE)**

Como se pode depreender, em (1 a)) ocorre um antropónimo simples (a Rita), na posição sintáctica do sujeito, com o tempo verbal no pretérito perfeito do indicativo (foi), nota-se na primeira frase a ausência de artigo definido e na segunda verifica-se a realização de artigo definido. Nesta frase, a realização do artigo definido é obrigatória, por se tratar de um nome de uma pessoa específica, a Rita. Em (1 b)), referentes à realização de antropónimo simples (o João), em Predicativo do sujeito, com o tempo verbal no pretérito perfeito do indicativo (falei), verifica-se na primeira frase ausência de artigo definido e na segunda frase, há realização de artigo definido, em contexto em que, em PE exige-se a presença do artigo definido.

Em (2) temos estruturas referentes à realização dos topónimos simples, assim em (a), temos o topónimo simples (Maputo), em posição sintáctica de oblíquo, com o tempo verbal no presente do indicativo (tem), onde verifica-se na primeira frase a realização de artigo definido e na segunda, verifica-se ausência de artigo definido, neste contexto não se requer a presença do artigo definido. Da mesma forma, em (b) temos o topónimo simples (a Beira), em posição sintáctica de Sujeito, com o tempo verbal flexionado no presente do indicativo (é), verifica-se na primeira frase ausência de artigo e na segunda frase, há realização de artigo definido. Nesta frase, a realização do artigo definido é obrigatória, uma vez que o topónimo (a Beira) tem origem num nome comum, *a beira*, ou seja, trata-se de um nome recategorizado e obrigatoriamente exige a presença do artigo definido.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os artigos definidos em Português

Estudos feitos por Alfredo (2021), no âmbito da sai tese de doutoramento, considera que as Gramáticas de língua portuguesa partilham a ideia de que os artigos definidos para o PE apresentam uma variação morfológica: em número e em género (*o*/*a*/*os*/*as*). Outra particularidade interessante sobre os artigos definidos em português é referente à sua realização e/ou ausência com os nomes próprios (antropónimos e topónimos) e comuns (contáveis, não contáveis e recategorizados) em diferentes posições sintáticas (ex.: SN-Sujeito; SN-Objecto Directo; SN-Objecto Indirecto; SN-complemento do Sintagma Preposicional e SN- Predicativo de Sujeito).

Oliveira (2013, 2017, 2018), Duarte e Oliveira (2003), Brito (2003), Peres (2013), Leal (2009), Miguel e Raposo (2013), entre outros, descrevem algumas propriedades sintático-semânticas dos artigos definidos para o PE, que se apresentam na tabela que segue abaixo.

Tabela I: Algumas propriedades sintático-semânticas dos artigos definidos

ARTIGOS DEFINIDOS	**(i) Propriedades básicas**
	- *Podem ter um valor referencial*. (1) O professor viajou a Maputo.
	- *Pressupõem a condição de existência no universo do discurso*. (2) Onde está o gato?
	- *Permitem fazer referência à única entidade existente que está de acordo com a descrição do SN*. (3) Li o poema (que me recomendaste). Achei-o muito interessante. (único poema – **unicidade**)
	- *Podem surgir pospostos a ambos ou todos.* (4) O Pedro comprou todos os presentes. (4’) O Pedro comprou ambos os presentes.
	- *Podem ocorrer em construções de elipse se forem seguidos de um complemento, um modificador adjectival ou uma oração relativa*. (5) a. O Luís leu a gramática de Língua Portuguesa, a Maria leu a de línguas bantu. b. A Maria leu a que tem estruturas sintáticas. c. A Maria leu a descritiva.
	(ii) Propriedades (contextos)
	- *Podem, em certos contextos, introduzir entidades novas no discurso*. (6) O palestrante vai falar sobre a terceira guerra mundial.
	- *Podem ocorrer em contextos de uso anafórico*. (7) Mia Couto publicou recentemente um livro. O escritor tem provocado muita polémica.
	- *Podem ocorrer em contextos de uso dêitico*. (8) Passa-me o comando do ar condicionado.
	- *Podem ocorrer em contextos de usos baseados em diversos tipos de conhecimentos*. (9) a. Deixe a sua mensagem depois de ouvir o sinal.

	b. Daqui até à (a+a) rotunda são uns 10 minutos.
	- Podem preceder nomes próprios. (10): Encontrei o Luís.

Fonte: Alfredo (2021, pp. 85-87)

A tabela acima apresenta algumas propriedades sintático-semânticas dos artigos definidos para o PE.

Semanticamente, observe que os artigos definidos podem ter um valor referencial; pressupõem a condição de existência no universo do discurso; permitem fazer referência à única entidade existente (unicidade) que está de acordo com a descrição do SN. (Alfredo, 2021).

No que se refere ao valor referencial, Oliveira (2013, 2017, 2018) considera que «os artigos definidos estão tipicamente associados a expressões referenciais[1]». Peres mostra que o valor referencial é característico dos *nomes próprios*[2] (ex.: Moçambique, Pedro, Porto, Maputo, Maria, …); *sintagmas nominais* (determinados) *definidos* (ex.: o caderno, o livro, a gramática que lhe emprestei, este livro, aquele manual, o meu caderno verde, os meus poemas, …) e *os sintagmas nominais* (determinados) *indefinidos* (ex.: comprei um outro livro de Mia Couto) etc.

No entanto, a autora chama a atenção para certos casos em que «nem sempre se usa o definido para fazer referência a entidades que já estão no universo do discurso (acessíveis directamente ou mencionadas no discurso)», sendo, porém, possível usar o definido para introduzir entidades novas. Em (54) e (55), apresentam-se alguns exemplos que provam isso.

(54) O conferencista vai falar sobre a terceira guerra mundial.

(55) Cuidado com o degrau.

Em (54) e (55), observa-se que a realização do artigo definido nos SNs sublinhados, nomeadamente *a terceira guerra mundial* e *o degrau*, não satisfazem as condições de referência a entidades conhecidas no universo do discurso, introduzindo entidades novas.

Na mesma tabela em (xi), podemos observar que uma das propriedades semânticas do artigo definido é o valor de *unicidade* – o qual permitir fazer referência à única entidade existente que está de acordo com a descrição do SN (ex.: *Li o poema* – único poema).

Ainda na tabela, igualmente, observamos outras propriedades semânticas em que os artigos definidos estendem-se por outros contextos de realização, em que os mesmos podem, em certos contextos, introduzir entidades novas no discurso (cf. (6)); realizar-se em contextos de uso anafórico (cf. (7)); podem ocorrer em contextos de uso dêitico (cf. (8)) e podem ocorrer em contextos de usos baseados em diversos tipos de conhecimentos (cf. (9)).

Relativamente ao contexto sintático, como se pode observar na tabela (i), os artigos definidos podem surgir pospostos a ambos ou todos (cf. (4) e (4')); podem ocorrer em construções de elipse se forem seguidos de um complemento (cf. (48) (a)), um modificador adjectival (cf. (5) (b)) ou uma oração relativa (cf. (5) (c)) e podem preceder nomes próprios (ex. O Pedro é um estudante de linguística.).

Leal (2009), citado por Alfredo (2021), faz uma análise semântica aspectual e nominal das expressões nominais para o PE, mostrando que o artigo definido quando usado no singular semanticamente «estabelece tipicamente uma correspondência entre a expressão linguística em que ocorre e um único objecto (designada por 'operação de definitização')». Esta abordagem é também partilhada em Leonetti, (1999a; 1999b), ao considerar que, a noção de definitude «está intrinsecamente ligada ao princípio de unicidade» Veja-se o exemplo seguinte em (9).

(9) *Li o poema* (*que me recomendaste*). *Achei-o muito interessante*.

No exemplo em (9), Leal considera que se refere ao único poema (unicidade). Desta feita, para se referir a uma entidade determinada, um SN definido necessita de um compromisso existencial (deve haver uma entidade que corresponda à descrição fornecida pelo SN definido) e de um requisito de unicidade, ou seja, deve haver apenas uma entidade com tais características (cf. e.g. Russell, 1905; Reichenbach, 1947).

Note-se ainda que o artigo definido quando usado no plural, refere-se à totalidade das entidades envolvidas no contexto linguístico de enunciação, isto é, o "único conjunto que pode ser identificado de uma forma não equívoca" (cf. Leal, 2009, p.149). Veja-se o exemplo abaixo, em (11).

[1] Esta característica distingue-o do indefinido. (cf. Oliveira (2017 e 2018)).

[2] Distingue-se de predicado, que é o que caracteriza os nomes comuns, uma vez que em línguas como o português e outras, os nomes comuns não são em si referenciais, necessitando de determinantes (artigos, demonstrativos ou possessivos, em geral) para o serem referenciais.

(11) *Li* <u>*os poemas*</u> (*que me recomendaste*). *Achei-os muito interessante*.

[Leal (2009, p.149)]

Em (11), trata-se de um conjunto de poemas, em particular, que pressupõe que no mundo real existe uma entidade denotada pelo SN, *os poemas*.

Nesse contexto, Oliveira (2017 e 2018) mostra ainda que há possíveis contra exemplos ao requisito de unicidade, tal como se ilustra a seguir em (12) e (13).

(12) A Maria pôs a mão em cima da mesa.

(13) A Maria estava à (a+a) janela.

[Oliveira (2017 e 2018)]

Para Oliveira, nos casos observados em (12) e (13), a identificação do referente de forma precisa é irrelevante. A situação é relevante.

Acrescenta-se ainda que, há casos em que o que é relevante é a proeminência discursiva do referente («leia X, o semanário da actualidade»).

Para além das propriedades semânticas apresentadas na tabela em (i), Oliveira acrescenta igualmente outros valores associados ao uso dos artigos definidos, para o PE, nomeadamente:

(i) *definido fraco* (singular);

(ii) *termo de espécie* (frases genéricas) (singular e plural).

(i**) Definido fraco** (singular)

Segundo Oliveira (2018), "os definidos fracos não apresentam unicidade nem informação conhecida". Os exemplos que se apresentam abaixo, em (14), (15), (16), (17), (18), (19), (20) e (21) apresentam algumas particularidades semânticas referentes ao uso dos definidos fracos.

(14) A Maria apanhou o comboio de Lisboa para o Porto.

(15) O João foi para o hospital e a Rita também.

[Oliveira (2017 e 2018)]

Em Oliveira explica-se que nos exemplos apresentados em (14) e (15) permite-se a leitura fraca (não referencial) de identidade não-unívoca ou 'imprecisa' ('*sloppy*').

(16) Todas as vítimas foram para o hospital.

[Oliveira (2017 e 2018)]

Relativamente ao exemplo em (17), *o hospital* tem interpretação de escopo estreito.

(18) a. A Maria leu o jornal.

b. A Maria leu #o livro.

[Oliveira (2017 e 2018)]

(19) a. A Maria leu o jornal.

b. A Maria rasgou #o jornal.

[Oliveira (2017 e 2018)]

Em (18) e (19), verificam-se algumas restrições lexicais, nomeadamente o facto de não se admitir todos os nomes ou verbos em algumas construções com definidos fracos.

(19) a. A criança foi para o #hospital antigo.

b. A criança foi para o hospital pediátrico.

[Oliveira (2017 e 2018)]

No exemplo ilustrado em (19), nota-se que nem todos os modificadores permitem a leitura de definido fraco.

(20) <u>O jornal</u> foi vendido.

[Oliveira (2017 e 2018)]

Em (20), observa-se que os definidos fracos ocorrem em geral na posição sintática de objecto de verbos ou preposições; em posição de SU passam a definidos 'normais':

(21) A Maria foi à farmácia, mas não #a encontrou.

[Oliveira (2017 e 2018)]

O exemplo em (21) mostra que os definidos fracos não podem ser antecedentes de expressões anafóricas.

(ii) **Termo de espécie** (frases genéricas) (singular e plural).

Oliveira (2017 e 2018) analisa sobretudo a semântica dos artigos definidos e indefinidos e defende que uma das características desta subclasse dos determinantes é o facto de:

a) *o artigo definido (singular e plural) poder ocorrer associado a termos de espécie, em particular na posição de Sujeito* (cf. (22));

(22) a. <u>Os pandas</u> estão em vias de extinção.

b. <u>O panda</u> está em vias de extinção.

b) *o artigo definido apenas no singular poder ocorrer associado a termo de espécie, em particular na posição de Sujeito com nomes não contáveis* (cf. (23));

(23) <u>O ouro</u> é um metal.

c) *o artigo definido apenas no singular poder ocorrer associado a termo de espécie, em posição de OD, se o predicado for de espécie* (cf. (24)).

(24) Edison inventou o telégrafo.

2.2. Nomes próprios (antropónimos e topónimos)

A função principal do nome próprio é diferenciar as pessoas entre si e, segundo Carvalhinhos (2007, pp.165-177), no acto de nomeação há dois elementos que se diferenciam: o facto conservador, que leva à perpetuação de certos nomes de família (isto é, determinado nome passaria a ser tradição de família), e, por outro lado, as influências da moda, muitas vezes impostas pelos meios de comunicação em massa.

Para Raposo & Nascimento (2013:994), o nome próprio constitui um elemento que individualiza as entidades (as pessoas) e está associado à data de nascimento, à cor dos olhos, às impressões digitais, ao nome dos pais e ao seu percurso histórico. Raposo & Nascimento (2013, p.995), ainda chegam a afirmar que "os nomes próprios têm como função primordial referir de modo individualizado entidades particulares do mundo, presentes ou passadas, vivas ou mortas, reais ou imaginárias"

Cunha & Cintra (1984) referem que nome próprio é designador de um único objecto identificado, pertencente à classe dos objectos do universo de referência, relativo a um dado discurso. Desta feita, um nome próprio é totalmente determinado, e, por essa razão, não admite complementos nem modificadores de valor restritivo. Como se pode ver nos seguintes exemplos apresentados em (25).

(25) a) *O João *inteligente* vive no Maputo.

b) O João, *inteligente*, vive no Maputo.

Sendo, o nome próprio, totalmente determinado, o exemplo em (25.a) é agramatical por ter um modificador adjectivo (*inteligente*), como complemento restritivo. Já no exemplo em (25.b), tal adjectivo não é modificador, mas, exerce a função de aposto, que se junta ao nome para explicá-lo, e tem o mesmo valor sintático do nome. Os nomes próprios não admitem modificadores com função restritiva, já que o determinante artigo exerce essa função.

Raposo & Nascimento (2013, p.993) referem que os nomes próprios designam uma entidade através da sua individualização dentro da classe a que pertence, ou seja, referem directamente entidades particulares do mundo, de diversas categorias ontológicas (*pessoas, cidades, rios, monumentos, entre outras*). Conforme podemos ver nos exemplos em (26)

(26) a) A Carla acabou de chegar.

b) Amanhã parto para Tete.

c). Vou dar um passeio no Zambeze.

Alfredo (2021, p.136), citando Raposo & Nascimento (2013), apresenta uma tipologia dos nomes próprios, organizada em três dimensões, nomeadamente: (i) uma dimensão formal, que tem a ver com o número de palavras que compõem o nome próprio; (ii) uma dimensão semântica, baseada no seu grau de arbitrariedade ou de motivação semântica e (iii) uma dimensão ontológica, que tem a ver com a natureza do seu referente. Uma das caraterísticas dessa tipologia de nomes próprios, segundo Raposo (2013, p.1017) é o uso obrigatório dos artigos definidos.

Numa *dimensão formal*, Raposo (2013, p.998) apresenta **nomes próprios simples** e **nomes próprios compostos**. Segundo os autores, os nomes próprios simples são aqueles constituídos por uma única palavra, como os nomes de lugar (*Portugal, Moçambique, Angola*), os nomes de baptismo como (*Sara, Carla, Rita*), e os apelidos (ou nomes de família) maternos e paternos, como (*Bacelar, Coelho*, etc...). Os nomes próprios compostos são aqueles constituídos por expressões mais complexas, com mais de uma palavra, incluindo os nomes de baptismo como (*Eduardo José, Maria do Rosário, João Maria*), nomes de família como (*Castelo Branco, Espirito santo*), nomes de localidades como (*Castelo Branco, Vila nova*), nomes de instituições como (*Museu Nacional de Arte Antiga*) e de monumentos como (*Torre Eiffel*).

Numa *dimensão semântica*, Raposo (2013, p.998) refere que há nomes próprios que são semanticamente arbitrários (*nomes próprios canónicos*) e outros que descrevem o seu referente (*nomes próprios de base descritiva*). Cada um destes tipos, como referem os autores, tende a especializar-se na nomeação de entidades ontologicamente distintas.

Os **nomes próprios canónicos** são aqueles que os falantes identificam mais prontamente como os mais típicos da classe dos nomes próprios (*Lisboa, Rita, Tejo*, …), ou seja, todos os nomes de pessoa (*na cultura ocidental, pelo menos*) são canónicos, bem como a maior parte dos nomes de localidades. São canónicos os nomes próprios *de pessoas* (antropónimos) e *de lugares* (topónimos). Os **nomes próprios de base descritiva** têm um sentido descritivo (na sua totalidade, como *Museu de Arte Popular*, ou apenas parcialmente, como *Mar de Azov*) que se aplica ao seu referente.

Relativamente a *dimensão ontológica*, que tem a ver com natureza do seu referente, Raposo (2013, p.1004) classifica os nomes próprios em (i) *antropónimos* e (ii) *topónimos*.

2.2.1. Antropónimos

Segundo Alfredo (2021: 137), citando Raposo & Nascimento (2013, p.1004), os antropónimos são os nomes atribuídos às pessoas por isso são também chamados (**nomes de pessoa**), podendo ser um **nome completo**, ou seja nome oficialmente registado num assento de duas partes: **o nome de baptismo** (também chamado **prenome** ou **nome próprio**), como (*Antónia, Ricardo, Felisberta, Teresa, João, Jorge, Maria, Pedro, Sara*, …) e os **apelidos** (ou **nomes de família**), da mãe e do pai, geralmente nessa ordem, como: (*Lobo, Melo, Mota, Raposo*, …). Uma pessoa pode ter um nome de baptismo composto, formado por dois simples, como (*Carlos Artur, Eduardo José*). Também os apelidos do pai e/ou da mãe podem ser compostos, como (*Paiva Raposo, Sarmento de Matos, Rio-Torto*).

Entre os antropónimos incluem-se também as **alcunhas**, os **cognomes** e os **pseudónimos**. As **alcunhas** são nomes não oficiais, de natureza informal, atribuídos às pessoas com base nalguma das suas caraterísticas físicas, profissionais ou de comportamento, como por exemplo (*Aleijadinho, Arantes do Nascimento, mais conhecido pela sua alcunha Pelé*). Os **cognomes**, por sua vez, são alcunhas mais formais, atribuídas aos reis e as rainhas (ex.: *Lavrador* para D.

Dinis, *Príncipe Perfeito* para D. João II, *Patriota* para D. Manuel II, …). Os cognomes condensam uma característica típica da actividade ou do comportamento dos reis enquanto governantes, ocorrendo a seguir ao seu nome, numa posição e com uma função semelhantes às de aposto e precedidos do artigo definido.

Quanto aos **pseudónimos**, Raposo (2013, p.1005) refere que são nomes fictícios semelhantes aos nomes próprios canónicos (completos ou não), criados por personalidades que não se querem dar a conhecer através só do seu nome real, ou que simplesmente consideram que o nome real não tem suficiente impacto público (ex.: *António Gedeã*, pseudónimo de Romulo de Carvalho, *Bob Dylan*, pseudónimo de Robert Zimmerman, …).

2.2.2. Topónimos

Alfredo (2021, p.138), citando Raposo & Nascimento (2013, p.1005), considera topónimos os nomes de lugar, que são atribuídos a aglomerados de dimensões variadas criados pelos seres humanos e onde estes vivem em comunidade. São também topónimos os nomes de nomes de acidentes geográficos naturais de vários tipos. Os topónimos estão organizados em dois grupo, sendo que o primeiro grupo incluí:

(i) **Nomes de cidades:** (*Maputo, Nampula, Beira, Tete,* …);

(ii) **Nomes de vilas** (*Moatize, Ulongué, Marromeu,* …);

(iii) **Nomes de aldeias** (*Carata, Chirodzi*, Mazoe, …);

(iv) **Nomes de ruas, avenidas, praças:** (*Avenida da Liberdade*, *Praça da independência*, *Rua da Arrábida*, …);

(v) **Nomes de países** (*Moçambique*, *Portugal*, *Brasil*, *Angola*, …).

O segundo grupo, por sua vez, inclui: **Nomes de montanhas** (*Everest*, *Caloeira*, *Binga*, ...); **de serras** (*Serra da Gorongosa*, *Serra da Estrela*, ...); **de cordilheiras** (montes Libombos, *Himalaias*, ...); **de rios** (*Pungue*, *Zambeze*, *Save*, ...); **de oceanos** (*Pacífico*, *Índico*, *Atlântico*, ...) e **de continentes** (*África*, *Europa*, *Ásia*, ...).

III. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

No presente capítulo, são apresentados e analisados os dados do estudo e os respectivos resultados, mostrando de que forma os alunos da 10ª classe da Escola Secundária de Tete usam os artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) numa perspectiva comparativa entre o português de Moçambique e o português Europeu.

Segundo Bogdan & Bicklen (1994, p.205), "a análise e interpretação de dados integram o trabalho com os dados, sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que se vai ser transmitido aos outros". Aqui apresentam-se os resultados obtidos através do inquérito por questionário, constituído por duas tarefas fundamentais, nomeadamente (i) uma tarefa de produção provocada e (ii) juízos de aceitabilidade, aplicado a oitenta (80) alunos da 10ª classe da Escola Secundária de Tete.

3.1. O *Corpus* escrito

O *corpus* em estudo é constituído por inquéritos obtidos através de teste de produção provocada e de juízos de aceitabilidade realizados junto de oitenta (80) alunos da 10ª classe da Escola Secundária de Tete, falantes do PM. A escolha desta classe deve-se sobretudo ao facto de entendermos que os alunos se encontram na classe terminal do primeiro ciclo, a qual coincide com o início da idade crítica, no processo de aquisição da linguagem. Isso significa que estes informantes podem ser considerados que já possuem gramática no estágio final, na perspectiva de Chomsky, uma vez que corresponde ao modo definitivo de falar em Português. Portanto, procuramos obter dados relativos ao português "consolidado", o qual corresponde a execução efectiva da Língua Portuguesa.

Foi aplicado um inquérito com o intuito de verificar como são usados os artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no PM. Deste modo, identificámos e inquirimos oitenta (80) alunos da 10ª classe da Escola Secundária de Tete, falantes do PM, do período diurno, que pertencem a mesma turma.

3.2. Dados sociolinguísticos dos inquiridos

Relativamente ao número dos informantes, tivemos um total de oitenta (80) alunos, sendo todos de uma única turma, onde averiguámos como estes usam os artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos). A selecção dos informantes foi feita de forma aleatória e seleccionada de acordo com a conveniência do investigador e de acordo com os objectivos do trabalho.

A tabela que segue abaixo ilustra a informação referente aos dados sociolinguísticos dos alunos abrangidos pela nossa pesquisa.

Tabela (1I): Dados sociolinguísticos dos alunos

<table>
<tr><th colspan="2">Variável Independente</th><th>Frequência absoluta (N)</th><th colspan="2">Frequência relativa (%)</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Género</td><td>Masculino</td><td>36</td><td colspan="2">45 %</td></tr>
<tr><td>Feminino</td><td>44</td><td colspan="2">55%</td></tr>
<tr><td>Idade</td><td>14-19</td><td>80</td><td colspan="2">100%</td></tr>
<tr><td rowspan="7">Naturalidade</td><td>Tete</td><td>54</td><td colspan="2">67,5%</td></tr>
<tr><td>Manica</td><td>9</td><td colspan="2" rowspan="6">32,5%</td></tr>
<tr><td>Zambézia</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Nampula</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Gaza</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Maputo</td><td>7</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td rowspan="2">Língua materna</td><td>Língua Portuguesa</td><td>31</td><td colspan="2">38,75%</td></tr>
<tr><td>Língua Bantu</td><td>49</td><td colspan="2">61,25%</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Língua de uso corrente</td><td>Família e Amigos</td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">Língua Portuguesa</td><td>Família</td><td>33</td><td>41,25%</td></tr>
<tr><td>Amigos</td><td>44</td><td>55%</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Língua(s) Bantu</td><td>Família</td><td>47</td><td>58,75%</td></tr>
<tr><td>Amigos</td><td>36</td><td>45%</td></tr>
<tr><td rowspan="6"></td><td>Cinyúngwè</td><td>46</td><td colspan="2">57,5%</td></tr>
<tr><td>Cisena</td><td>8</td><td colspan="2">10%</td></tr>
<tr><td>Cinyanja</td><td>6</td><td colspan="2">7,5%</td></tr>
<tr><td>Xichangana</td><td>7</td><td colspan="2">8,75%</td></tr>
<tr><td>Echuwabu</td><td>6</td><td colspan="2">7,5%</td></tr>
<tr><td>Outras línguas</td><td>7</td><td colspan="2">8,75%</td></tr>
</table>

Fonte: Autor

Relativamente a idade dos informantes, a tabela em (2) revela que situam-se entre 14 e 19 anos, correspondendo a 100%. Em relação a naturalidade, a informação sociolinguística recolhida revela que o *corpus* foi produzido por alunos oriundos das províncias de Tete, Manica, Zambézia, Nampula, Gaza e Maputo, com maior enfoque para a província de Tete que apresenta um efectivo maior de (67,5%). E, por fim, 32.5% corresponde ao número de inquiridos que provêm de outras províncias.

No que diz respeito à língua materna, verifica-se que apenas 38,75% dos informantes têm o Português como língua materna, e os restantes 61,25% têm uma língua moçambicana como sua L1.

Relativamente à língua que usam com mais frequência (língua de uso corrente), verificamos que apenas 33 informantes, que correspondem a 41,25% do número total (80), falam o Português em casa com a família. Os restantes 47, correspondentes a 58,75%, falam uma língua

moçambicana com a família, onde se destaca a Língua Cinyugwe, com 57,5%.

Por sua vez, com os amigos, verificamos que cerca de 44 informantes, que correspondem a 55%, usam o português na sua comunicação e 46 correspondentes a 45% recorre às Línguas Bantu nas suas conversações.

Relativamente a línguas moçambicanas faladas e/ ou compreendidas, tivemos 46 alunos que falam e /ou compreendem a língua *Cinyugwe*, correspondentes a 57,5% do número total (80). Tivemos também outras línguas como, *Cisena* com 8 informantes correspondentes a 10%, *Cinyanja* com 6 informantes correspondentes a 7,5%, *Xichangana* com 7 informantes correspondentes a 8,75%, *Echuwabu* com 6 informantes correspondentes a 7,5% e outras línguas com 8,75%.

3.2. Apresentação e análise dos resultados da tarefa de produção provocada

A primeira parte do questionário tinha um total de 13 questões, nas quais se pedia que os informantes preenchessem os espaços em branco das frases simples, as quais incluíam nomes próprios (antropónimos e topónimos).

Os resultados obtidos nesta tarefa de produção provocada foram organizados em dados qualitativos e quantitativos, desta forma, primeiramente temos dados qualitativos para cada frase, na tabela (2) e na tabela (3) temos dados quantitativos. Nas duas tabelas, nomeadamente tabela (2) e tabela (3), apresenta-se os dados que envolvem a presença, ausência e inserção de artigos definidos em contextos que incluem antropónimos (nomes próprios de pessoas, de figuras proeminentes ou de personalidades renomados, ...) e topónimos (nomes de lugares: países, cidades, …), em posição sintáctica de Suj., em OD, em OI, em Pred. do Suj. e em SPREP no presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito e no futuro do indicativo.

Tabela (III): Dados qualitativos sobre a presença, ausência e inserção de artigos definidos para cada frase simples

Frases	**Formas verbais**	**Categoria do nome**	**Posição sintáctica e/ou função sintáctica**	**Presença do artigo definido**	**Ausência do artigo definido**	**Inserção do artigo definido**
1	*é*	Antropónimo (simples)	SUJ	o João	João	__________
2	*é*	Antropónimo (simples)	Pred do sujeito	o Arlindo	Arlindo	__________
3	*ganhou*	Antropónimo (simples)	SUJ	a Maria	Maria	__________
4	*é*	Antropónimo (simples)	SUJ	o Ronaldo	Ronaldo	__________
5	*falou*	Antropónimo (simples)	Pred do sujeito	a Anita	Anita	__________
6	*é*	Antropónimo (simples)	SUJ	a Maria	Maria	__________
7	*tinha comprado*	Topónimo (simples)	OBL		em Maputo	no Maputo
8	*viajarei*	Topónimo (simples)	OBL	para a Beira	para Beira	__________
9	*Sou*	Topónimo (simples)	OBL	do Moçambique	de Moçambique	__________

10	*é*	Topónimo (simples)	SUJ	o Brasil	Brasil	_________
11	*tornou-se*	Topónimo (simples)	SUJ	a Angola	Angola	_________
12	*é*	Topónimo (simples)	SUJ	a África	África	_________
13	*fica*	Topónimo (simples)	SUJ	o Portugal	Portugal	_________

Fonte: Autor

Na tabela a seguir apresentamos os dados quantitativos referente a presença, ausência e inserção de artigos definidos em contextos que incluem antropónimos (nomes próprios de pessoas, de figuras proeminentes ou de personalidades renomados, ...) e topónimos (nomes de lugares: países, cidades, …).

Tabela (IV): Dados quantitativos sobre a presença, ausência e inserção de artigos definidos para cada frase simples

Ordem das frases	**Respostas**					
	Presença do artigo definido		**Ausência do artigo definido**		**Inserção do artigo definido**	
	Total		**Total**		**Total**	
	Frequência absoluta (Nº)	**Frequência relativa (%)**	**Frequência absoluta (Nº)**	**Frequência relativa (%)**	**Frequência absoluta (Nº)**	**Frequência relativa (%)**
1	56	70	24	30	__	__
2	18	22,5	62	77,5	__	__
3	58	72,5	22	27,5	__	__
4	49	61,25	31	38,75	__	__
5	44	55	36	45	__	__
6	54	67,5	26	32,5	__	__
7			64	80	16	20
8	25	31,25	55	68,75	__	__
9	8	10	72	90	__	__
10	35	43,75	45	56,25	__	__
11	31	38,75	49	61,25	__	__
12	43	53,75	37	46,25	__	__
13	33	41,25	47	58,75	__	__

Fonte: Autor

Como se pode notar, a partir dos dados acima apresentados na tabela (3), verifica-se na frase em (1), a ocorrência de um antropónimo simples (o João), na posição sintáctica do sujeito, com o tempo verbal no presente do indicativo (é), nesta frase, observa-se realização do artigo definido pelos informantes, com 70% de frequência relativa e apenas 30% observa-se ausência de artigo definido. Segundo Duarte e Oliveira (2003, p.213), nesta frase a realização do artigo definido é obrigatória por se tratar de um nome de uma pessoas específica e que que não pertencem à uma memória histórico-cultural coletiva, tal como ilustramos em (1).

(1) **o João** é o dono da empresa.

Na frase em (2), ocorre à realização de antropónimo simples (o Arlindo), em Pred. do sujeito, com o tempo verbal no presente do indicativo (é), verifica-se um número maior de ausência de artigo definido, com 77,5% de frequência relativa e apenas 22,5% realizaram o antropónimo simples (o Arlindo) em Pred. do sujeito com artigo definido, nesta frase, conforme a norma padrão do PE, não se exige a presença do artigo definido, tal como ilustramos em (2).

(2) O nome dele é **Arlindo**.

Na frase em (3), referente à realização de antropónimo simples (a Maria) na posição sintáctica do sujeito, com o tempo verbal no pretérito perfeito do indicativo (ganhou), verifica-se uma realização significativa do artigo definido com 72,5% de frequência relativa e apenas 27,5% realizaram-no sem artigo definido, esta frase exige a realização do artigo definido, pois conforme Raposo & Nascimento (2013, p.1025), em português europeu, os antropónimos, no seu uso referencial, são normalmente precedidos pelo artigo definido, conforme ilustramos em (3).

(3) **a Maria** ganhou a competição de natação.

Na frase em (4), observa-se realização de antropónimo simples, uma figura proeminente (Ronaldo), em posição sintáctica do sujeito, com o tempo verbal flexionado no presente do indicativo (é), nota-se realização artigo definido pelos informantes, com 61,25% de frequência relativa e apenas 38,75% observa-se ausência de artigo definido. Segundo Raposo (2013, p.1026), nesta frase o artigo definido não é exigido, visto que a pessoa nomeadas tem um estatuto especial na consciência "coletiva" da comunidade linguística, ou seja, trata-se de uma pessoa famosa. Tal como se pode constatar em (4).

(4) **Ronaldo** é o melhor jogador de futebol no mundo.

A frase em frase (5) mostra a realização de antropónimo simples (a Anita) em posição sintáctica de Pred. do sujeito, com o tempo verbal flexionado no pretérito perfeito do indicativo (falou). Os resultados mostram realização do artigo definido pelos informantes, com 55% de frequência relativa e apenas 45% observa-se ausência de artigo definido. Neste contexto, segundo Cunha & Cintra (2001, p.167), a presença do artigo definido nesta frase é obrigatória, por se tratar de uma entidade específica (a Anita), conforme pode-se ver na frase (5).

(5) A Ana falou com **a Anita**.

No que diz respeito a frase (6), onde ocorre um antropónimo simples (a Maria) em posição sintáctica de Sujeito, constata-se uma realização significativa do artigo definido pelos informantes, com 67,5% de frequência relativa e apenas 32,5% observa-se ausência de artigo definido. Entretanto, a presença do artigo definido, em PE, é requerida pelo contexto sintáctico da frase em alusão (Sujeito) conforme pode-se ver na frase (6).

(6) **a Maria** é uma professora.

A frase em (7) referentes à realização do topónimo simples (Maputo), em posição sintáctica de oblíquo, com o tempo verbal no pretérito imperfeito do indicativo (tinha comprado), os resultados apresentadas na tabela em (3) revelam uma realização significativa do topónimo simples (Maputo) com 80% de frequência relativa e 20% realizaram-no com a inserção do artigo definido. Neste contexto, a presença de artigo definido em topónimo (Maputo) não é requerida, pois este topónimo é realizado gramaticalmente sem artigo definido, tal como ilustramos em (7).

(7) Ele trouxe um presente que tinha comprado **em Maputo**.

No que diz respeito a frase (8), observa-se realização do topónimos simples (a Beira), em posição sintáctica de oblíquo, com o tempo verbal flexionado no futuro do indicativo (viajarei). Observa-se assim, ausência de artigos definidos, em contextos que ocorrem o topónimo simples (a Beira), em posição sintáctica de oblíquo, com 68,75% de frequência relativa e apenas 31,25% dos informantes realizaram o artigo definido. Nesta frase, a realização do artigo definido é obrigatória, visto que este topónimo (a Beira), tem origem num nome comum, *a beira*, ou seja, trata-se de um nome recategorizado, tal como ilustramos em (8).

(8) Quando entrar de férias, viajarei para **a Beira**.

Na frase em (9), referentes à realização do topónimo simples (Moçambique), com o tempo verbal no presente do indicativo (sou), verifica-se mais ausência de artigo definido, com 90% de frequência relativa e apenas 10% realizaram o topónimo simples (Moçambique), em posição sintáctica de Oblíquo com artigo definido. Nesse contexto, topónimo simples (Moçambique) não exige a presença do

artigo definido, pois, segundo Raposo (2013, p.1019), existe alguns nomes de países que exigem artigos e outros não necessitam de artigos. Entretanto, o topónimo simples (Moçambique) não necessita de artigo definido.

Conforme se pode ver na frase (9).

(9) Sou natural **de Moçambique**.

Em relação a frase (10), referente a realização do topónimo simples (o Brasil), em posição sintáctica de Sujeito, com o tempo verbal flexionado no presente do indicativo (é), verifica-se mais ausência de artigo definido, com 56,25% de frequência relativa e apenas 43,75% observa-se a presença de artigo definido. Nesta frase, a realização do artigo definido é obrigatória, ou seja, *o Brasil* é nomes de um país que exige a presença do artigo definido, segundo Raposo (2013, p.1005), Conforme pode-se ver na frase (10).

(10) **O Brasil** é o maior país de América do sul.

Na frase em (11), verifica-se presença de artigo definido pelos informantes, em contextos que ocorrem o topónimo simples (Angola), em posição sintáctica de Sujeito, com 38,75% de frequência relativa e 61,25% dos informantes realizaram sem o artigo definido, esta frase não requer a presença do artigo definido, pois segundo Cunha & Cintra (2016, p.241), o topónimo *Angola* costuma rejeitar o artigo, tal como ilustramos em (11).

(11) **Angola** tornou-se um país autónomo.

Relativamente à frase (11), a tabela (3), revela que o topónimo simples (a África), ocupando a posição sintáctica de sujeito, com o tempo verbal no presente do indicativo (é), os informantes realizam-no com a presença do artigo definido, com um total de 53,75% de frequência relativa e 46,25% realizaram o topónimo simples (a África), sem artigo definido, segundo Cunha & Cintra (2016, p.241), o topónimo África exige a realização do artigo definido, tal como ilustramos em (12).

(12) **A África** é o terceiro continente mais extenso.

Finalmente, a frases apresentada em (13), referente à realização do topónimo simples (Portugal), em posição sintáctica de Sujeito, com o tempo verbal flexionado no presente do indicativo (fica), verifica-se mais ausência de artigo definido, com 58,75% de frequência relativa e apenas 41,25% realizaram o topónimo simples (Portugal) com artigo definido. Nesta frase, a ausência de artigo definido é obrigatório. Ou seja, o topónimo simples (Portugal), obrigatoriamente rejeita o artigo definido, conforme Raposo (2013, p.1005), como se pode ver na frase em (13).

(13) **Portugal** fica situado na Europa.

3.3. Apresentação e análise dos resultados da tarefa de juízos de gramaticalidade e/ou aceitabilidade

Na segunda parte do questionário, referente ao teste de juízos de aceitabilidade foi composta por vinte e seis (26) frases, divididas em dois grupos, especificamente, grupo **A** e grupo **B**. O grupo A, apresenta frases em português com antropónimos. Por sua vez, o grupo B apresenta frases com topónimos. Para tal, os informantes deviam marcar com "***OK***", às frases bem formadas; "**?**" - pouco naturais ou "duvidosas" e "*****" – às frases agramaticais ou inaceitáveis.

Nesta secção, apresentamos os resultados da tarefa de juízos de gramaticalidade e/ou aceitabilidade relativos à segunda parte do questionário. Os resultados estão apresentados em duas tabelas, especificamente a tabela (4) e a tabela (5). A primeira tabela (4) é referente aos resultados do grupo **A** e a segunda tabela (5) é referente os resultados do grupo **B.**

Tabela (V): Resultados da tarefa de juízo de gramaticalidade e/ou aceitabilidade do Grupo A

Questão							
Indique o seu juízo de gramaticalidade relativamente às frases abaixo, marcando-as com "OK" (bem formada); "?" (pouco natural ou "duvidoso") e "" (inaceitável e agramatical).*							
GRUPO A							
Frases	**Total**	**OK**	**%**	**?**	**%**	*****	**%**
(1) Pedro passou de classe.		47	58,75	11	13,75	22	27,5
(2) O Pedro passou de classe.		53	66,25	15	18,75	12	15
(3) Encontrei o Mário.		63	78,75	__	__	17	21,25
(4) Encontrei Mário.		35	43,75	__	__	45	56,25
(5) Lucas sempre chega atrasado às aulas.		58	72,5	__	__	22	27,5

(6) O Lucas sempre chega atrasado às aulas.		61	76,25	—	—	19	23,75
(7) Ela chama-se Rabeca.		49	61,25	13	16,25	18	22,5
(8) Ela chama-se a Rabeca.	80	29	36,25	15	18,75	36	45
(9) Bernardo é um bom nome.		22	27,5	10	12,5	48	60
(10) O Bernardo é um bom nome.		28	35	9	11,25	43	53,75
(11) Samora Machel foi o primeiro presidente de Moçambique.		55	68,75	—	—	25	31,25
(12) O Samora Machel foi o primeiro presidente de Moçambique.		47	58,75	—	—	33	41,25
(13) Paulina Chiziane é a primeira mulher que publicou um romance em Moçambique.		46	57,5	—	—	34	42,5
(14) A Paulina Chiziane é a primeira mulher que publicou um romance em Moçambique.		69	86,25	—	—	11	13,75

Fonte: Autor

Os resultados acima apresentadas na tabela (5) são do grupo **A,** sobre frases em português com antropónimos (nomes próprios de pessoas, de figuras proeminentes ou de personalidades renomadas, ...). A partir dos resultados apresentados na tabela (2), é possível fazer a seguinte leitura:

Na frase em (1), temos um antropónimo simples (Pedro) sem o artigo definido, os resultados mostram que 58,75% dos informantes marcaram "OK" (bem formada), 13,75% deram uma resposta duvidosa, marcando-a com "?" e 27,5% consideraram esta frase como sendo agramatical, marcando-a com **"*"**. Importa referir que esta frase segundo a norma padrão do PE, deve ser precedido com o artigo definido.

Por outro lado, em (2) temos a mesma frase apresentada em (1), mas este, com a presença do artigo definido, (o Pedro), na posição sintáctica do sujeito, verifica-se portanto, maior percentagem de respostas marcadas com *"OK"* com 66,25%, 18,75% das respostas duvidosas, marcadas com "?" e 15% das respostas marcadas com **"*",** sinal de agramaticalidade. Segundo Duarte e Oliveira (2003, p.213), nesta frase, a presença de artigo definido é obrigatória por se tratar de um nome próprios que não pertencem à uma memória histórico-cultural coletiva, o correcto portanto, seria marcá-la com *"OK" (bem formada).*

Os resultados da frase (3) dizem respeito a realização do antropónimo simples (o Mário), verifica-se 78,75% das respostas certas marcadas com *"OK" (bem formada)* e apenas 21,25% das respostas erradas, marcadas com **"*",** sinal de agramaticalidade, conforme a norma padrão do PE, a presença do artigo definido nesta frase é obrigatório. Por sua vez, em (4) temos a mesma frase apresentada em (3), mas esta sem a presença do artigo definido, os resultados mostram portanto 43,75% das respostas marcadas com *"OK"* e 56,25% das respostas marcadas com **"*"**.

A frase em (5) referente à realização do antropónimo simples (Lucas) sem o artigo definido, os resultados revelam maior percentagem de respostas marcadas com *"OK"* com 72,5% e apenas 27,5% de respostas marcadas com **"*",** sinal de agramaticalidade. Salientar que esta frase exige a presença do artigo definido, pois segundo Raposo & Nascimento (2013, p.1025), em português europeu os antropónimos são normalmente precedidos pelo artigo definido. Em contrapartida, na frase em (6) há realização do artigo definido diante do antropónimo simples (o Lucas), os resultados desta frase mostram 76,25% das respostas marcadas com *"OK"* e 23,75% das respostas marcadas com **"*"**. Conforme a norma padrão do PE, presença do artigo definido nesse contexto é obrigatório, assim as respostas marcadas com *"OK"* estão correcta.

Em relação a frase (7), referente à realização de antropónimo simples (Rabeca) sem a presença do artigo definido, verifica-se maior número de *"OK"* com 61,25%, verifica-se ainda 16,25% de respostas duvidosas (*?*) e 22,5% de *"*" (agramatical).* Segundo a norma padrão do

PE, esta frase não exige a presença do artigo definido. Por outro lado, em (8) temos à realização de antropónimo simples (a Rabeca) com a presença do artigo definido, ocupando a posição sintáctica de predicado, observa-se 36,25% de respostas marcadas com *"OK",* 18,75% de respostas duvidosas e 45% de respostas agramaticais, nesse contexto, a presença do artigo definido não é necessário.

Relativamente à frase em (9), os resultados mostram uma predominância de respostas marcadas com *"*"* com 60%, 27,5% de respostas marcadas com *"OK"* e 12,5% de respostas duvidosas, em contexto que que ocorre o antropónimo simples (Bernardo) sem o artigo definido, nesta frase, a presença do artigo definido não é exigido. Por sua vez, a frase em (10), onde ocorre o antropónimo simples (o Bernardo) com o artigo definido, os resultados revelam 35% das respostas marcadas com *"OK",* 11,25% das respostas duvidosas marcadas com "?" e 53,75% das respostas agramaticais, nesse contexto segundo a norma europeia o artigo definido não é necessário.

A frase em (11) referente à realização do antropónimo complexo (Samora Machel), verifica-se maior percentagem de respostas marcadas com *"OK"* com 68,75% e apenas 31,25% de respostas marcadas com *"*"*. Segundo Raposo (2013, p.1026), a presença do artigo definido nesse contexto não é exigido, pois o antropónimo mencionado é uma entidade que tem um estatuto especial na consciência "coletiva" da comunidade linguística moçambicana, em virtude da sua importância histórica e política. Por outro lado, em (12), há realização do artigo definido diante do antropónimo complexo (o Samora Machel), os resultado revelam 58,75% de respostas marcadas com *"OK"* e apenas 41,25% de respostas marcadas com *"*"* nesta frase, segundo Raposo (2013, p.1026), a presença do artigo definido não é exigido por se tratar de uma figura proeminente (Samora Machel).

Finalmente, em (13), temos à realização do antropónimo complexo (Paulina Chiziane) sem artigo definido, os resultados revelam 57,5% de respostas marcadas com *"OK"* com 68,75% e 42,5% de respostas marcadas com *"*"*. Nesta frase, Segundo Raposo (2013, p.1026), a realização do artigo definido não é exigido porque a pessoa nomeada tem um estatuto especial na consciência "coletiva" da comunidade linguística moçambicana. Em contrapartida, em (14), há realização do artigo definido diante do antropónimo complexo (a Paulina Chiziane), verifica-se maior percentagem de respostas marcadas com *"OK"* com 86,25% e apenas 13,75% de respostas marcadas com *"*"*. A presença do artigo definido nesse contexto não é exigida, por se tratar de uma figura proeminente (Paulina Chiziane).

Tabela (VI): Resultados da tarefa de juízo de gramaticalidade e/ou aceitabilidade do Grupo B

Questão							
Indique o seu juízo de gramaticalidade relativamente às frases abaixo, marcando-as com "OK" (bem formada); "?" (pouco natural ou "duvidoso") e "" (inaceitável e agramatical).*							
GRUPO A							
Frases	**Total**	**OK**	**%**	**?**	**%**	*****	**%**
(15) Passaram as férias em Niassa.	80	27	33,75	__	__	53	66,25
(16) Passaram as férias no Niassa.		50	62,5	__	__	30	37,5
(17) O Paulo vive no Moatize.		54	67,5	__	__	26	32,5
(18) O Paulo em Moatize.		25	31,25	__	__	55	68,75
(19) A Rita foi viver no Maputo.		42	70	__	__	24	30
(20) A Rita foi viver em Maputo.		56	52,5	__	__	38	47,5
(21) Portugal é um país bonito.		52	65	__	__	28	35
(22) O Portugal é um país bonito.		43	53,75	__	__	37	46,25
(23) A Luísa viajou para a China.		35	43,75	__	__	45	56,25
(24) A Luísa viajou para China.		51	63,75	__	__	29	36,25

(25) A montanha mais alta do mundo é o Monte Everest.		43	53,75	__	__	37	46,25
(26) A montanha mais alta do mundo é Monte Everest.		46	57,5	__	__	34	42,5

Fonte: Autor

Na tabela acima, apresenta-se os resultados da tarefa de juízo de gramaticalidade e/ou aceitabilidade referentes às frases do Grupo B, que tratam sobre frases simples em português com topónimos (nomes de lugares: países, cidades, …). De acordo com os resultados apresentados na tabela (3), é possível fazer a seguinte leitura:

Os resultados da frase (15), revelam a realização do topónimo simples (Niassa) sem artigo definido, observa-se 33,75% de respostas marcadas com *"OK"* e 66,25% marcadas com *"*"*. O topónimo Niassa apresentado nesta frase é realizado gramaticalmente com artigo definido. Assim, em (16), há realização do artigo definido diante do topónimo simples (Niassa), observa-se 62,5% de respostas marcadas com *"OK" (bem formada)* e 37,5% de respostas marcadas "*" (agramatical). Neste sentido, a respostas correcta é a marcadas com "OK".

Os resultados da frase (17) dizem respeito a realização do topónimo simples (Moatize) com artigo definido, verifica-se 67,5% de respostas marcadas com *"OK"* e 32,5% de respostas marcadas "*". Nesse contexto, o topónimo (Moatize) não exige a realização do artigo definido. Em (18), ainda temos a realização do topónimo simples (Moatize) mas sem artigo definido, os resultados mostram 31,25% de respostas marcadas com *"OK* e 68,75% de respostas marcadas "*". O topónimo (Moatize) é realizado gramaticalmente sem artigo definido.

Relativamente a frase em (19), há realização do artigo definido com o topónimo simples (Maputo), os resultados mostram uma predominância de respostas marcadas com *"OK"* com 70% e apenas 30% de respostas marcadas "*". Vale salientar que o topónimo "Maputo" é realizado gramaticalmente sem artigo definido. Por outro lado, em (20) há realização do topónimo simples (Maputo) sem o artigo definido, observa-se 52,5% de respostas marcadas com *"OK"* e 47,5% de respostas marcadas "*". Considera-se correcta a frase presentada em (20), porque o topónimo (Maputo) ocorre sem o artigo definido.

Em relação a frase (21), referente a realização do topónimo simples (Portugal) sem artigo definido, os resultados mostram maior percentagem de respostas marcadas com *"OK"* com

65% e apenas 35% de respostas marcadas "*". Vale destacar que o topónimo (Portugal) conforme Raposo (2013, p.1005), obrigatoriamente rejeita o artigo definido. Por outro lado em (22), há realização do artigo do artigo definido com topónimo (Portugal), verifica-se

53,75% de respostas marcadas com *"OK"* e 46,25% de respostas marcadas com "*". Conforme Cunha & Cintra (2016, p.241), o topónimo (Portugal) não requer a presença do artigo definido.

No que diz respeito a frase (23), observa-se realização do topónimo simples (a China) com artigo definido, verifica-se maior percentagem de respostas marcadas com "*" (agramatical) com 56,25% e apenas 43,75% marcadas com *"OK" (bem formada)*. Nesta frase, segundo Raposo (2013, p.1018), o topónimo apresentada (a China) é realizada gramaticalmente com artigo definido. Por sua vez, em (24), verifica-se a ausência do artigo definido com o topónimo simples (a China), os resultados mostram maior percentagem de respostas marcadas com *"OK" (bem formada)* com 63,75% e apenas 36,25% marcadas com "*". O topónimo (a China) realiza-se obrigatoriamente com o artigo definido.

Finalmente, a frases apresentada em (25), referente à nome de lugar que designa acidente geográfico (Monte Everest) com artigo definido, verifica-se maior percentagem de respostas marcadas com *"OK" (bem formada)* com 53,75% e 46,25% marcadas com "*". Nesta frase, a presença do artigo definido é obrigatório, pois Segundo Raposo (2013, p.1020), os topónimos de acidentes geográficos realizam-se com o artigo definido. Por outro lado em (26), temos o mesmo topónimo apresentada em (25), mas sem a presença do artigo definido, regista-se 57,5% de respostas marcadas com *"OK"* e 42,5% marcadas com "*". Nesta frase, a presença do artigo definido é obrigatória.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar a realização de artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos) no português de Moçambique, numa perspectiva comparativa com o Português Europeu.

De acordo com a análise dos resultados, a partir das tarefas de produção provocada e de juízos de aceitabilidade, chegamos a seguintes conclusões:

a) verificamos que a maioria dos nossos informantes tem a língua portuguesa como (L2), sendo que usam frequentemente as línguas bantu nas suas comunicações por se tratar de línguas de primeiro contacto e nessas línguas não há ocorrência do determinante artigo definido. Por esta razão, o Português falado por estes informantes tendem para que os artigos não estejam presentes na variedade moçambicana do português, em contextos diversificados, designadamente: (i) em frases com antropónimos simples, em posição sintáctica de Sujeito e em posição Predicativa do Sujeito; (ii) em contextos que ocorrem os topónimos simples, como por exemplo (a Beira), em posição sintáctica de obliquo, entre outros. Efectivamente, parece-nos que se admite a possibilidade da interferência das língua bantu sobre o Português seja muito forte, olhando para o caso analisado.

b) Constatou-se na nossa pesquisa um certo distanciamento do português falado em Moçambique da norma europeia do Português, no que concerne ao uso do artigo definido em contextos de realização de nomes próprios. Nesse contexto, concordamos com Gonçalves & Stroud (1998), que admitem a hipótese de que o contacto do Português com as Línguas Moçambicanas do grupo Bantu resulta sobremaneira de um funcionamento paralelo de duas gramáticas: a gramática das línguas bantu e a do Português Europeu.

c) Nos resultados dos testes submetidos aos nossos informantes, constatamos várias irregularidades em relação ao uso dos artigos definidos em nomes próprios (antropónimos e topónimos). À vista disso, presumimos que isso deve-se à falta de conhecimento da norma do PE referentemente ao uso de artigos definidos.

d) Nesta variedade do Português, os falantes omitem frequentemente os artigos definidos em frases com antropónimos simples em posição sintáctica de Predicativo do sujeito e em posição sintáctica de Sujeito, criando desta forma uma diferença com o Português Europeu; omitem os artigos definidos em contextos em que ocorre os topónimos simples (referentes a nome de lugar que designam acidentes geográfico), em posição sintáctica predicativa do sujeito; realizam ou omitem os artigos definidos em contextos em que envolvem a realização de topónimos simples em diferentes posições sintácticas de forma desviante em relação ao Português Europeu.

REFERÊNCIAS

[1] ALFREDO, R. (2021). *Questões de Semântica nominal: Os artigos definidos na construção de frases no Português de Moçambique*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Letras. disponível em: https://repositoriohttps://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/137290/2/512041.pdfaberto.up.pt/bitstream/10216/137290/2/512041.pdf

[2] ALFREDO, R. (2015) *Sobre Quantificadores Universais no Português de Moçambique: uma proposta de análise comparativa com o Português Europeu*. Dissertação de Mestrado, U.Porto, FLUP, disponível em https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs2/Tese_Final.

[3] ATANÁSIO, Nicolau (2002) *Ausência do artigo no português de Moçambique: Análise de um corpus constituído por textos de alunos do Ensino Básico em Nampula*. Universidade do Porto, tese de Mestrado, disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53818

[4] BRITO, A. M. (2001) "Presença/Ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil". In *Actas do XVI Encontro Nacional de Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL. PP. 551-575.

[5] BRITO, A. M. (2003) "Categorias Sintácticas" in Mateus, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa.* Lisboa: Caminho (7ªedição), pp.345 -352.

[6] CHIERCHIA, G. (1998) "Plurality of Mass Nouns and the Notion of Semantic Parameter". In. Rothstein, S. (ed.), *Events and Grammar*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, pp.53-104.

[7] COSTA, A. S. (2014) *Ausência do artigo diante de um substantivo no português do norte de Moçambique.* Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, disponível em https://ria.ua.pt/handle/10773/14271

[8] CUMBANE, R. M. M. (2008) *As Construções de Duplo Objeto em Xitshwa– Repercussões em Falantes do Português Língua Não Materna*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Lisboa.

[9] CUNHA, C. e CINTRA, L. (2013) *Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa (20ªedição).

[10] CUNHA, Luís Filipe; FERREIRA, Idalina & LEAL, António (2010). "A distinção massivo/contável no domínio adjectival: o caso das construções predicativas com adjectivos". In: *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL.

[11] DUARTE, I. & OLIVEIRA, F. (2003) "Referência Nominal". In. Mateus, M. H. M. et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Caminho, pp.205-242.

[12] FIRMINO, G. (2002) *A Questão Linguística na África Pós-Colonial: O Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.

[13] GONÇALVES, P. (1997) "Tipologia de "erros" do português Oral de Maputo: Um primeiro diagnóstico". In C. Stroud & P. Gonçalves (orgs). *Panorama do português oral de Maputo* – Volume II: A construção de um banco de "erros" (pp. 37-70). Maputo: INDE.

[14] ___________ (1998) "Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios", Volume III. Perpétua, G & STROUD, C. (orgs). *Panorama do Português Oral de Maputo*, INDE

[15] ___________ (2013) "O Português em África". In Raposo, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp.157-178. Kratzer, A. (1995) "Stage-level and individual-level predicates". In.

Carlson, G & F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*. Chicago, The University of Chicago Press, pp.125-175.

[16] LEAL, A. (2009) *Semântica Aspectual e Nominal: Contributo das Expressões Nominais Para a Construção Aspectual das Frases*. Tese de Doutoramento, U. Porto, FLUP, disponível em http://www.academia.edu/1881287/

[17] LEONETTI, M. (1999a) *Los Determinantes. Cuadernos de Lengua Española*. Madrid, Arco Libros.

[18] ___________ (1999b) "El artículo". In. Bosque, I. & Demonte, V. (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa, pp.787-890.

[19] ___________ (1999) *Determinantes Y Artículos*. Madrid. Versão Pré-publicada. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/297469749_Determinantes_y_Articulos

[20] MATEUS, M. H. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Ed. Caminho.

[21] MÜLLER, A. & OLIVEIRA, F. (2004) "Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese". *Journal of Portuguese Linguistics*, 3, pp.9-36, disponível em http://web.letras.up.pt/id/projectos/3%20C%20LING/3_3/3_3.htm

[22] NEVES, M H. M. (1996), "Possessivos", in *Gramática do Português Falado*", Vol. III, Brasil, Editora da UNICAMP, pp. 149-211.

[23] ______________ (2000) *Gramática de Usos do Português*, São Paulo, Editora UNESP.

[24] OLIVEIRA, F. (1995) "Aspecto, Referência Nominal e Papéis Temáticos". In. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* XII, pp. 55-73.

[25] ______________ (1998), "Frases Genéricas: Algumas Especificidades do Português". In *Seminários de Linguística 2*. Faro: Universidade do Algarve – UCEH, pp.5-19.

[26] ______________ (2004a) "Bare Nouns in European and Brazilian Portuguese". In. *Actas VI Congreso de Lingüística General*. Santiago de Compostela, Arco Libros, S.L., pp. 2207-2216.

[27] ______________ (2013), "Artigo definido e indefinido". In *Seminário de Temas de Semântica II*. FLUP, Mestrado em Linguística, pp.1-4.

[28] ______________ (2017) Sobre a semântica de alguns indefinidos em português europeu. In Balas, O., Ciama, A., Enachescu, M. Gebaila, A. & Voicu, R. (eds) *L'expression de l'imprécision dans les langues romanes*. Bucaresti: Ars Docendi, p. 65-79.

[29] ______________ (2018), "Artigo indefinido". In *Seminário de Temas de Semântica II*. FLUP, Mestrado em Linguística, pp.1-4.

[30] OLIVEIRA, F. & CUNHA, L.F. (2003) "Termos de Espécie e Tipos de Predicados". In. *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*. Porto, CLUP, pp.57-78.

[31] PERES, J. A (1992) "Questões de Semântica Nominal". *Cadernos de Semântica* I, Faculdade de Letras na Universidade de Lisboa.

[32] ___________ (1993), "Semântica das Estruturas Nominais", *Discursos*, 4, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pp. 15-36.

[33] ______________ (2013) "Semântica do Sintagma Nominal". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp.735-813.

[34] PARAGUASSU, Nize e MÜLLER, Ana (2006) "A Distinção Contável-Massivo Nas Línguas Naturais". In *VI Workshop on Formal Linguistics*, Florianópolis, disponível em https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31350969/A_Distincao_Contavel_Massivo_nas_Linguas_Naturais.pdf?1370436688

[35] RAPOSO, E. B. P. (2013) "Classes de Palavras e Sua Organização Tipológica" in E. B. P. et al. *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 326-335.

[36] ______________ (2013) "Pronomes". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp.883-918.

[37] ______________ (2013) "Nomes Comuns". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp 949-961.

[38] ______________ (2013) "Nomes usados exclusivamente ou preferencialmente no singular ou no plural". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp 963-968.

[39] RAPOSO, E. B. P. e MIGUEL, M. (2013) "Introdução ao Sintagma Nominal". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp.703-731.

[40] RAPOSO, E. B. P. e NASCIMENTO, M.F.B. (2013) "Nomes Próprios". In RAPOSO, E.B.P. et al (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I. pp.993-1039.

[41] SÁNCHEZ LÓPEZ, C. (1999) "Los Cuantificadores: Clases de Cuantificadores y Estruturas Cuantificativas". In. Bosque, I. & Demonte, V. (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa, pp.1025-1127.